

“PARA MIM FOI TUDO, PORQUE ATÉ ENTÃO EU NÃO SABIA O QUE EU IA FAZER DA VIDA”: UMA ANÁLISE SOBRE TRAJETÓRIAS DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA UFPEL

FLÁVIA LUCIMERI RODRIGUES DE FREITAS¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹Universidade Federal de Pelotas – flaviaufpelrs@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da Pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de mestrado em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) que tem por objetivo verificar a história de inclusão e acessibilidade de servidores ingressantes na reserva legal para pessoas com deficiência na UFPeL no período de 1999 a 2020. O recorte temporal da pesquisa começa em 1999 – ano que foi publicado o Decreto-Lei n. 3.298/99, o qual estabeleceu um percentual mínimo de 5% de reserva de vagas em concurso público para pessoas com deficiência e se encerra no ano de 2020; este é o marco final pelo fato de ser o último ano de vigência do Plano Institucional de Acessibilidade e Inclusão 2016-2020 da instituição.

A análise do ingresso no quadro de servidores da UFPeL de pessoas com deficiência, as histórias de vida dessas pessoas que as levaram a conquistarem uma vaga no serviço público e a História da UFPeL na inclusão de pessoas com deficiência foram algumas das motivações para a pesquisa.

Entre os principais conceitos com os quais trabalhamos na pesquisa estão o de deficiência, acessibilidade, inclusão e história oral.

Atualmente, o Brasil, por meio da Lei Federal nº 13.146 de 2015, seguindo a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, adotou em seu artigo 2º o seguinte conceito a respeito da pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nos últimos anos a concepção de deficiência avançou do modelo médico, onde ela era tratada como uma limitação individual, para um modelo social mais amplo que a compreende em sua interação com o meio ambiente, assim, não é a pessoa individualmente que é deficiente, mas seus impedimentos de longo prazo em interação com o meio é que estabelecem a medida da deficiência. O meio será mais ou menos deficiente, dependendo de como aborda, por exemplo, a questão da eliminação ou diminuição de barreiras físicas e atitudinais (Gugel, 2016).

Dois outros conceitos importantes que estão sendo analisados são os de acessibilidade e inclusão, que andam de mãos dadas. Não há inclusão sem acessibilidade. Se uma dada pessoa não tem plena liberdade de ir e vir, como poderá haver inclusão? A Universidade Federal de Pelotas é inclusiva e acessível? Para tal, utilizamos os conceitos constantes na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na obra de Gugel (2016) e de Araújo (2012).

O título deste trabalho foi retirado de uma das entrevistas já realizadas na pesquisa; o entrevistado em questão é o servidor Juliano Melo, que narra o que o ingresso no serviço público representou em sua vida. A fala é significativa para compreendermos um pouco da importância que a efetivação da política de cotas tem operado na vida de muitas pessoas. Conforme Melo:

Para mim foi tudo né, porque até então eu não sabia o que eu ia fazer da vida, entende?... é muita insegurança pela questão da surdez, eu tinha muita insegurança, eu não sabia o que eu ia fazer por isso eu procurei o concurso; não tinha uma percepção no que eu ia trabalhar, o que eu ia fazer, aí eu optei pelo concurso, essa parte administrativa. (MELO, 2020)

Atualmente, Juliano ocupa a função de Coordenador Administrativo no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da UFPel, já ocupou o cargo de secretário do mencionado Instituto, as últimas duas funções gratificadas por serem atividades de maior responsabilidade, sendo que ingressou no quadro de servidores da instituição no ano de 2015; originariamente o seu cargo efetivo é o de técnico administrativo em educação (TAE). Antes do ingresso na UFPel ele já havia assumido outros dois concursos na Prefeitura Municipal de Pelotas, onde trabalhou por 6 anos (de 2008 a 2014), no cargo de agente administrativo e depois de agente fiscal (de 2014 a 2015). Foi por meio do serviço público que Juliano ingressou no mercado de trabalho. Hoje Juliano é esteio de família.

2. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, as duas metodologias utilizadas foram a História Oral e a Análise Documental. Em relação à história oral estão sendo realizadas entrevistas de história de vida, conforme Alberti:

(...) as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou (2013, p. 48)

Portanto, por meio da construção de narrativas estamos tentando compreender um pouco da experiência desses servidores - desde a infância, até a vida adulta e o impacto que o ingresso no serviço público trouxe para suas vidas, por outro lado, com a análise documental em conjunto às histórias desses servidores é possível compreender como a UFPel está construindo o processo de inclusão na instituição.

Assim como a história de Juliano, as trajetórias de vida de Rodrigo e de Tiago, servidores já entrevistados pela pesquisa, são histórias muito ricas, elas não são exatamente iguais, mas as situações vivenciadas por eles em interação com o meio social dizem muito sobre a nossa sociedade, como questões relacionadas ao preconceito, desconfiança social e da importância do estudo e do trabalho para uma vida independente, mas sobretudo da família e dos relacionamentos afetivos como principais rede de apoio.

Conforme observado por Portelli, em hipótese nenhuma as recordações de uma pessoa serão exatamente iguais às de outra. O autor cita como um dos exemplos a impressão digital, contudo explica que *“a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”* (1997, p. 16). Assim, Portelli traz à baila o termo “memória social”

contrapondo-o ao termo “memória coletiva” por esta se situar fora do indivíduo. E, ao reunirmos e confrontarmos as narrativas desses servidores podemos verificar a partir das experiências individuais uma representação da sociedade muito mais realista, de acordo com Portelli:

A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos (PORTELLI, 1997, p. 16)

Até o presente momento foram realizadas três entrevistas na modalidade de história de vida. Pretendemos realizar no mínimo, mais duas entrevistas de deste tipo, preferencialmente com servidoras mulheres.

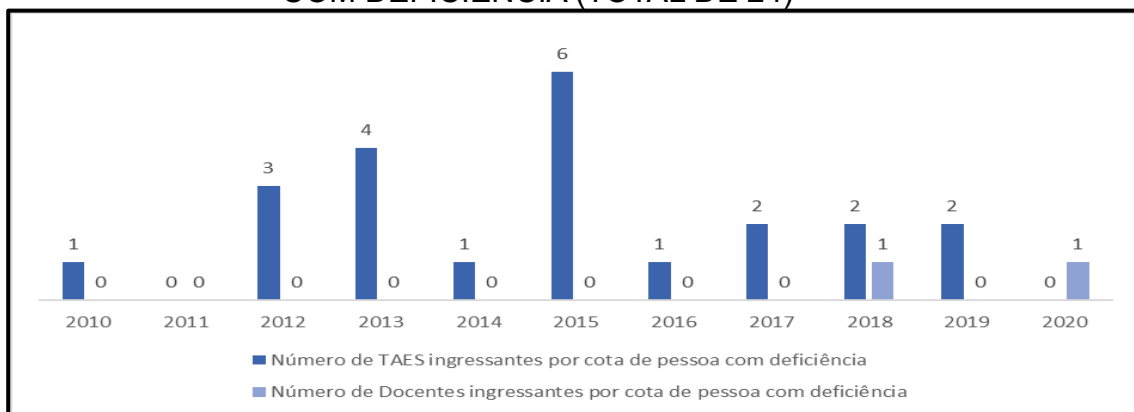
De acordo com Cruz e Peixoto (2007), para a melhor compreensão de uma cena histórica é importante que as fontes dialoguem entre si, por esta razão não nos furtamos a realizar tal diálogo na pesquisa. Também realizamos pesquisas em: legislações e banco de dados governamentais sobre o tema; documentos e registros da própria Universidade sobre quando e como se deu o ingresso e a permanência de servidores oriundos de cotas para pessoas com deficiência no âmbito da Instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Universidade Federal de Pelotas, órgão federal de educação superior, tem um papel fundamental na efetivação da acessibilidade e inclusão de servidores com deficiência. Verificou-se que a instituição tem avançado aos poucos nos últimos anos nesse sentido, seja por meio do trabalho realizado pelo seu Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), ou pela criação de políticas próprias institucionais, mas também identificamos fragilidades, como a questão da falta de acessibilidade nos prédios da UFPel, o baixo número de ingressantes nas cotas e a falta de uma equipe multidisciplinar para acompanhamento desses servidores em suas carreiras públicas, evidenciando assim, que há um longo caminho a ser percorrido para a efetivação da inclusão na UFPel.

Até o presente momento, além das três entrevistas de histórias de vida já realizadas, diversos foram os achados de pesquisa como por exemplo a evolução histórica de 1999 a 2020 da Universidade em nomeações para as cotas referidas, conforme o gráfico 1 a seguir.

GRÁFICO I – ANO E NÚMERO DE INGRESSOS POR COTAS DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA (TOTAL DE 24)



Fonte: Elaborado pela Autora (2020)

O gráfico apresentado acima evidencia que existiam na Ufpel vinte e quatro servidores até dezembro de 2020 ingressantes nas mencionadas cotas, do total de 2.700 (dois mil e setecentos) servidores na mesma data o que representa 0,89% de servidores da Universidade, sendo 22 técnicos administrativos em educação (1,73%) e apenas 02 docentes (0,16%).

Como resultado da pesquisa, também conseguimos mapear os tipos de deficiência e sexo dos ingressantes. Desses 24 servidores quatorze são do sexo feminino e 10 do sexo masculino, sendo que cinco compõem o grupo com deficiência física, dois com deficiência auditiva, onze com deficiência visual e 06 com mobilidade reduzida.

4. CONCLUSÕES

Portanto, o presente trabalho trata de trajetórias de vidas que foram profundamente impactadas, transformadas e reconstruídas pelo ingresso no serviço público por meio das cotas para pessoas com deficiência.

Assim, a importância que a política de cotas tem para a inclusão da pessoa com deficiência na UFPEL e na sociedade como um todo está sendo evidenciada por meio deste trabalho original de análise da história de vida de servidores ingressantes nas cotas legais para pessoas com deficiência.

Em uma análise mais profunda das entrevistas já feitas e dos dados quantitativos verificados, podemos afirmar que a efetivação da política de cotas para as pessoas com deficiência tem sido transformadora de diversas realidades sociais que vão além do próprio indivíduo em questão, como no ambiente de trabalho, nas relações familiares, afetivas e na sociedade em si em que esta pessoa esteja incluída.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013
- ARAUJO, Luiz Alberto David. **Barrados: Pessoas com deficiência sem acessibilidade - como, o que e de quem cobrar**. Petrópolis: KBR, 2012.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.298/99**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 22 de set. 2020.
- Civil, C. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência)**. Brasília. 2015.
- GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Goiânia: Ed. da UCG, 2016.
- MELO, Juliano. **Entrevista I. [jan. 2021]**. Entrevistadora: Flávia Lucimeri Rodrigues de Freitas. Pelotas, 2021. 1 arquivo .mp3 (94 min.) 2016.
- Portelli, Alessandro. **"Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral."** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História 15 (1997).
- UFPEL. **Plano Institucional de Acessibilidade 20116-2020**. Pelotas. 30/12/2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai>. Acesso em: 22 de set. 2020.